

HABEAS CORPUS Nº 493.417 - SP (2019/0042653-7)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : ESDRAS ARAUJO DE OLIVEIRA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : A F (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de A F contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no julgamento da Apelação n. 0008298-61.2012.8.26.0001, que manteve a condenação do ora paciente por estupro de vulnerável, na forma continuada, reduzindo, todavia, a pena para 18 anos de reclusão, no regime fechado.

Na presente impetração, sustenta a possibilidade de recorrer em liberdade, ao argumento de que o juiz de piso determinou a prisão do paciente apenas após o trânsito em julgado.

Requer, assim, em liminar e no mérito que o paciente aguarde o trânsito em julgado em liberdade.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Ministério Público Federal.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Devidamente instruído, encaminhem-se os autos ao *Parquet* para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

